

# **"TRAVESTIS EXPERIENTES": Etnografia do envelhecimento de travestis em Fortaleza - Ce<sup>1</sup>.**

**Dediane Souza<sup>2</sup>**

**RESUMO:** O texto aqui apresentado é parte do projeto de pesquisa que se insere no campo da antropologia urbana e dos estudos sobre envelhecimento, raça, classe e travestilidades. Ela parte de uma inquietação gestada na minha experiência pessoal como uma travesti negra e ativista do movimento social de travestis e transexuais no Ceará, que tem experimentado nos últimos 20 (vinte) anos os fluxos da sociabilidade das travestis no município de Fortaleza (CE) e percebido a presença de travestis com mais de cinquenta anos de idade em espaços e instituições localizadas na região central, bem como acessados múltiplos relatos de memória construídas por elas nesses espaços, despertando o interesse em compreender a seguinte questão: como as travestis com mais de cinquenta anos de idade e frequentadoras do Centro de Fortaleza estão construindo as suas estratégias de envelhecimento, as suas relações com a cidade e com os seus patrimônios culturais? Entre os objetivos específicos, buscar-se-á responder: de que forma os marcadores sociais da diferença impactam a experiência de envelhecimento destas sujeitas; quais são as categorias acionadas por elas para pensar o seu próprio envelhecimento; quais são seus os fluxos e espaços de sociabilidade na região central do município e que relações estabelecem com e nós os equipamentos, instituições e patrimônio culturais localizados nesse território.

## **INTRODUÇÃO<sup>3</sup>:**

“Meu maior medo... Olhando lá pra trás, né? Quando eu vivi naquela época do meio gay, as travestis dificilmente passavam dos 32 anos... Como vai ser isso? Como vai ser a minha vida nesse futuro?” (Viviane de Oya em entrevista em 2024)

A pesquisa “‘Travestis Experientes’: etnografia do envelhecimento de travestis em Fortaleza (CE)” tem como ponto de partida o meu interesse em compreender como as travestis pertencentes a minha “irmandade travesti” com cinquenta anos ou mais e frequentadoras da região central de Fortaleza estão construindo suas estratégias de envelhecimento e relações com e na cidade de Fortaleza.

Trabalho com a noção de “irmandade travesti” como categoria simultaneamente analítica e nativa, que se constitui como eixo central desta pesquisa. Mais do que uma metáfora relacional, a irmandade emerge como princípio organizador de vidas, saberes e práticas, forjada na experiência compartilhada da dissidência, da violência e da invenção cotidiana da existência. Busco compreender de que modo essa categoria é produzida,

---

<sup>1</sup> Texto em construção - Parte I - Texto de qualificação de tese, já dialoguei com o grupo de orientação do Professor Dr. Paulo Victor Leite Lopes.

<sup>2</sup>Dediane Souza é doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

<sup>3</sup> "O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001".

atualizada e operacionalizada ao longo de ao menos três gerações de travestis, atentando para os atos concretos que materializam a irmandade: o gesto inaugural de nomear, o abrigar como prática de sobrevivência, o avisar do perigo como tecnologia de cuidado, o “passar o ponto” como transmissão de experiências e territórios, o ensinar a se cuidar, o acompanhar nos serviços de saúde, entre outros.

Esses atos, longe de se restringirem à dimensão do afeto, configuram verdadeiras estratégias coletivas de proteção, permanência e transmissão intra e intergeracional. Argumento que, por meio da irmandade travesti, produzem-se também modos possíveis de envelhecimento, construídos não no isolamento, mas na tessitura de vínculos, reciprocidades e responsabilidades compartilhadas, que desafiam modelos normativos de família, cuidado e temporalidade.

A Rua aqui guarda uma dualidade em termos do modo como é constituída e experimentada: para as travestis “experientes” a rua foi e será um espaço central como arquivo e cuidado, a partir das experiências da batalha, ou seja, do trabalho sexual, do palco das lutas coletivas, da sociabilidade entre pares e também o espaço do conflito; em outra direção, para as mais novas, a rua emerge como o lugar da penação e da violência, mistura entre sobrevivência e violência, mas mantém-se também como o lugar das manifestações públicas.

A Rua aparece, nas narrativas e nas práticas observadas em campo, como um espaço atravessado por uma dualidade temporal e geracional. Para as travestis mais velhas, a Rua não é apenas um cenário, mas um território vivido, no qual se inscrevem memórias, afetos e marcas corporais. Ela é constantemente evocada como arquivo e cuidado; lugar onde se aprendeu a sobreviver por meio da “batalha”, isto é, o trabalho sexual, onde se forjaram alianças, se travaram lutas coletivas e se constituíram formas de sociabilidade entre pares. Ao mesmo tempo, esse mesmo espaço é lembrado como palcos de conflitos permanentes, de disputas, violências e perdas que compõem a experiência ordinária da vida travesti em outro tempo e espaço na cidade de Fortaleza.

**Entre as travestis “experientes”, a Rua assume uma feição particular, frequentemente descrita como espaço do aprendizado e da passagem. É na rua que se constroem referências, que se aprende a “ler” os perigos, a negociar presenças, a circular entre esquinas e horários. Nesse sentido, a rua opera como um ritual de passagem contínuo, no qual a sobrevivência se articula à produção de pertencimento e**

**reconhecimento entre iguais, mediada por práticas cotidianas de observação, aconselhamento e cuidado mútuo.**

Já para as travestis mais jovens, a Rua se apresenta de maneira mais tensa e ambígua. Nas falas e nos gestos, emerge, sobretudo, como espaço de intensificação da violência, em que sobrevivência e risco se confundem, onde a exposição ao controle policial, às agressões físicas e simbólicas e à precariedade se faz mais visível. Ainda assim, a rua não se reduz apenas ao lugar da dor: ela também é mencionada como espaço de manifestação pública, de afirmação identitária e de disputa por visibilidade, onde corpos travestis se fazem notar, ocupam, atravessam e reescrevem o espaço urbano com suas presenças na cidade de Fortaleza.

Na escrita deste trabalho, apresento reflexões sobre a vida e a morte da travesti Soraya Oliveira, uma irmã travesti, tomando sua trajetória como chave analítica para explicitar o funcionamento da irmandade travesti na prática. Ao acompanhar as narrativas, lembranças e mobilizações em torno de Soraya Oliveira, torno visíveis os modos pelos quais essa irmandade opera diante da perda, do apagamento e da violência, acionando o que denomino como uma “política do luto atravessada pela experiência da morte contínua” que marca a vida de travestis no Brasil.

A morte de Soraya Oliveira evidencia, de forma contundente, os processos de não reconhecimento midiático e institucional, expressos na recorrente negação de seu nome social, na deslegitimação de seu pertencimento de gênero e na invisibilização de sua trajetória. Em contraste com esse apagamento, emerge a resposta do corpo coletivo auto-organizado das travestis, que se mobiliza para reinscrever Soraya Oliveira na memória pública e política. Cartas abertas, notas de repúdio, homenagens e atos simbólicos realizados no contexto das Paradas da Diversidade Sexual constituem práticas por meio das quais o movimento social reivindica dignidade, reconhecimento e vida, inclusive após a morte.

Soraya Oliveira é, assim, mobilizada neste estudo como um caso-bússola que orienta a articulação analítica da interseccionalidade, compreendida aqui não apenas como referência teórica, mas como método e ferramenta analítica, conforme proposto por Patricia Hill Collins (2021). A interseccionalidade é acionada como matriz interpretativa que cruza, em cada achado etnográfico, os marcadores de raça, gênero, classe, território e geração, permitindo compreender como essas dimensões operam de forma indissociável na produção das

desigualdades que atravessam as vidas travestis no contexto de Fortaleza, como forma de encruzilhadas.

Ao adotar essa perspectiva, assumo também uma posição política e epistemológica, reconhecendo que travestis pobres e negras enfrentam condições radicalmente mais precárias de existência, o que impacta diretamente as possibilidades de cuidado, reconhecimento e envelhecimento. A trajetória de Soraya Oliveira, nesse sentido, revela não apenas uma história individual de vida e morte, mas expõe as formas estruturais pelas quais certos corpos são reiteradamente colocados à margem do tempo, da memória e do futuro. A irmandade travesti, diante disso, aparece como prática coletiva de resistência, cuidado e disputa por permanência, mesmo quando o Estado-nação, a mídia e as instituições insistem em negar nome, gênero e humanidade.

A pergunta central da tese - **Como as travestis experientes constroem estratégias coletivas de envelhecimento na cidade de Fortaleza, em um contexto marcado pela violência estrutural e pela precarização da vida?** - permite organizar algumas questões norteadoras que se desdobra nas seguintes subquestões:

a) De que modo as irmandades travestis operam como uma tecnologia social de cuidado, proteção e sobrevivência, articulando práticas cotidianas, saberes intergeracionais e outras formas de parentesco?;

b) Quais atos, gestos e práticas concretas, como nomear, abrigar, alertar sobre perigos, “passar o ponto”, compartilhar cuidados e acompanhar nos serviços de saúde, constituem a materialidade da irmandade travesti ao longo de diferentes gerações?;

c) Como a Rua, enquanto espaço urbano vivido, é produzida simultaneamente como território de trabalho, sociabilidade, conflito, aprendizado e memória, e de que maneira ela organiza a temporalidade travesti durante as três gerações aqui observada?;

d) De que forma corpo, memória e território se articulam na produção de narrativas sobre vida, morte e envelhecimento entre travestis, especialmente diante da experiência da morte precoce e da chamada morte contínua?;

e) Como as respostas coletivas à morte desenvolvidas pelo movimento social de travestis e transexuais, compõem uma política do luto travesti, em contraste com o não reconhecimento midiático e do Estado-nação?; e

f) De que maneira a interseccionalidade, entendida como método analítico e posição política, permite compreender como raça, gênero, classe, território e geração produzem condições desiguais de possibilidade (ou impossibilidade) de envelhecer para travestis pobres, negras e de territórios periféricos na cidade de Fortaleza?

Se faz mister sinalizar que esta pesquisa é gestada no contexto da minha experiência como travesti negra, ativista e pesquisadora que vivencia o centro de Fortaleza e vem se dedicando teórica e politicamente a construir narrativas de humanidades sobre travestis, seja no ativismo associativo por direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexo, *Queer* e Assexuais - LGBTQIA+<sup>4</sup>, em autarquias e instituições estatais e na universidade. Também é caro situar que o interesse pelo recorte de pesquisa sobre as travestilidades em sua interface com o envelhecer e com a cidade é alimentado pela percepção de que existe um duplo processo a ser mais bem compreendido, no qual a riqueza etnográfica das experiências de travestis com mais de cinquenta anos no Centro de Fortaleza convive com um relativo apagamento das narrativas dessas sujeitas na memória da cidade.

Nas últimas duas décadas, meu corpo e minha história vêm sendo tecidos junto ao ativismo pelos direitos humanos de travestis e transexuais. Caminhei com elas pelos mesmos percursos da cidade, compartilhei o tempo suspenso dos bares da Avenida Duque de Caxias, as penumbras carregadas de desejo dos chamados “cinemões”, esses territórios de pegação e segredo no centro de Fortaleza. Foi nesses espaços, marcados por encontros improváveis e afetos insurgentes, que tive meus primeiros contatos diretos com travestis e onde conheci Thina Rodrigues<sup>5</sup>, Viviane de Oya e Paula Costa. Foram elas que me abriram a possibilidade de ser eu também uma delas, inaugurando meus trânsitos corporais e identitários já imbricados ao me tornar ativista.

Minha relação com as travestis mais "experientes" nasce, assim, do ativismo e de uma convivência prolongada nos espaços de sociabilidade com elas na cidade de Fortaleza, uma cidade que nos observa, nos expulsa, mas também nos abriga. É nesse entrelaçamento que apresento minhas interlocutoras, travestis que carregam em seus corpos histórias de resistência, trabalho e reinvenção.

---

<sup>4</sup> Uso a sigla LGBTQIA+ em consonância com a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ instituída em 2023.

<sup>5</sup> Thina Rodrigues foi uma das maiores lideranças e pioneiras na luta pelos direitos da população LGBTQIAPN+ no Ceará e no Brasil. Travesti, negra e nordestina, ela transformou a violência e a exclusão que sofreu em mais de 30 anos de militância incansável por dignidade e respeito, natural de Brejo Santo no Ceará, faleceu em 2020 em decorrência da COVID 19.

Inspirando-se na reflexão de José Guilherme Cantor Magnani acerca das bordas, fronteiras e zonas de passagem que caracterizam os espaços públicos nas cidades contemporâneas, é possível compreender que as relações estabelecidas com e pelas travestis nos espaços de sociabilidade urbana operam a partir de uma lógica marcada pela ambiguidade entre o público e o privado. Essas dinâmicas não se organizam a partir de fronteiras fixas ou claramente delimitadas, mas por meio de processos de sobreposição, mistura e negociação contínua, nos quais as bordas se tornam mais relevantes do que os limites formais do espaço urbano (Magnani, 2002; 2012).

Nessa perspectiva, as fronteiras que estruturam os usos e significados dos espaços não são plenamente visíveis, tampouco se expressam exclusivamente por regulações normativas ou arquitetônicas. Elas se constituem no campo da operação dos desejos, das corporalidades dissidentes e das interações situadas, produzindo zonas de indeterminação onde distintas moralidades, expectativas e práticas se cruzam. Como aponta Perlongher (1987), é precisamente nessas áreas de indiscernibilidade, ruas, esquinas, encruzilhadas, que se reorganizam os regimes de visibilidade, circulação e negociação associados às travestis e a outras corporalidades dissidentes.

As encruzilhadas urbanas, compreendidas aqui tanto em seu sentido espacial quanto simbólico, configuram-se como lugares privilegiados de negociação social, afetiva e política. Nelas, múltiplas ordens, como as do controle, do desejo, da violência e do reconhecimento, se entrelaçam, produzindo arranjos instáveis e provisórios. Esses processos evidenciam que o espaço urbano não é apenas um cenário passivo das práticas sociais, mas um elemento constitutivo das relações, moldado e ressignificado continuamente pelas presenças e performances que o habitam (Magnani, 2002).

É no caminhar pelas encruzilhadas urbanas que apresento minhas interlocutoras. São elas com quem dialogo não apenas no processo de construção da pesquisa, mas também na ocupação compartilhada das encruzilhadas do ativismo, dos desejos e das trajetórias de vida. É a partir desses encontros situados que se tecem redes de sociabilidade entre travestis no contexto urbano de Fortaleza, redes estas produzidas no entrelaçamento entre experiências pessoais, práticas políticas e circulações pela cidade.

As encruzilhadas, portanto, configuram-se como lugares de articulação entre o público e o privado, entre a visibilidade e a precariedade, entre o afeto e a disputa. Nelas, os

percursos individuais se cruzam com regimes sociais mais amplos, possibilitando a emergência de formas específicas de pertencimento, reconhecimento e agência, que moldam tanto as trajetórias das minhas interlocutoras quanto o próprio fazer etnográfico.

Lena Oxa, apresentada na figura, aos 58 anos é muitas em uma só. Apresentadora, jornalista, produtora de eventos, editora, estilista, artesã e técnica em gastronomia sagrada com a comida de axé, sua trajetória começa cedo, nas mãos que moldam a arte, e se expande rapidamente para os palcos e os bastidores da televisão no Brasil e no mundo. É nesses bastidores que Lena descobre, forma e impulsiona talentos, circulando por algumas das mais consagradas casas de eventos nacionais e internacionais. Foi em 1994 que iniciou a sua militância no Grupo Gay da Bahia (GGB). Em Fortaleza, escreveu um capítulo emblemático da cena LGBTQIA+ da cidade ao trabalhar por oito anos na boate Divine, atravessando a virada do milênio e protagonizando uma transição histórica da noite gay fortalezense.

Situada no centro de Fortaleza, a Boate Divine integrou por muitos anos a cena noturna LGBTQIA+ da cidade. Localizada na Rua General Sampaio, a casa esteve em funcionamento por aproximadamente quinze anos, encerrando suas atividades em 2015. Ao longo desse período, consolidou-se como um importante espaço de sociabilidade LGBTQIA+, sendo reconhecida pela capacidade de reunir públicos diversos em torno da convivência, do lazer e da expressão de identidades plurais.

Na televisão, Lena construiu uma carreira sólida de duas décadas na TV Diário, emissora local com alcance mundial pela internet. Ali, Lena ocupa todos os lugares possíveis: apresenta, reporta, produz, edita, atravessa programas e parcerias, consolidando-se como uma presença familiar e potente. Atualmente, exerce também o papel de baiana de acarajé, reafirmando a centralidade do sagrado e da ancestralidade em sua vida. Artista, estudante de enfermagem, Lena é hoje pré-candidata a deputada estadual no Ceará, estendendo sua luta para outros campos da política institucional.

**Figura 2** – *Lena Oxa na IX Parada pela Diversidade Sexual do Ceará*



**Fonte:** acervo pessoal de Lena Oxa

A imagem registra o ano de 2009, quando Lena foi homenageada como madrinha da IX Parada pela Diversidade Sexual do Ceará, coroando uma trajetória de visibilidade e compromisso público.

Paula Costa, retratada na figura 3, atualmente tem 67 anos, é assistente social e presidenta da Associação das Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará (ATRAC), além de ser herdeira e guardiã de um ativismo travesti histórico. Sua caminhada se constrói ao lado de nomes como Janaína Dutra e Thina Rodrigues, compondo uma geração de travestis mais velhas que, como ela mesma afirma em suas falas públicas, carregam no corpo as marcas de um tempo de maior violência e exclusão. Em sua voz ressoa memória e advertência:

“Muitas das que estão aqui, as novinhas, não passaram o que eu, uma travesti velha e idosa, passei. E graças a Deus que não passaram. Porque eu fui humilhada quando quis mudar de nome. Mas a nossa luta continua. Porque a gente vai e vocês ficam. Então, espero que vocês levantem a nossa bandeira, a bandeira das trans, com respeito acima de tudo. Não fiquem acomodadas. Vão à luta! Onde tiver uma porta aberta, vocês entrem.” (Paula Costa, 2024)

Sua fala pode ser compreendida simultaneamente como legado e como convocação política, na medida em que interpela as gerações mais jovens a reconhecerem e valorizarem as travessias históricas que tornaram possíveis suas formas atuais de existência. Nesta tese, opto por trabalhar principalmente com os discursos públicos de Paula Costa, considerando sua atuação e suas enunciações no âmbito institucional da representação política do movimento de travestis. Embora minha relação com ela não se caracterize como amistosa no plano pessoal, essa distância não constitui um impedimento analítico; ao contrário, orienta uma escolha metodológica deliberada de interlocução com posições institucionais e discursos

formalizados, a partir dos quais se estruturam narrativas legítimas sobre o movimento e suas agendas políticas.

**Figura 3** – *Paula Costa em fala na reinauguração do Centro LGBT Janáína Dutra*



**Fonte:** fotografia da internet

Viviane de Oya, trazia na figura 4, tem 51 anos e habita muitas frentes de cuidado e militância. Educadora social, moradora do bairro José Walter, divide-se entre o ativismo, a prática umbandista e o trabalho informal. Natural de Russas, no interior do Ceará, constrói sua trajetória no ativismo comunitário junto às travestis da região central de Fortaleza. Travesti negra, Viviane faz da espiritualidade e da rua espaços de acolhimento e organização política. Em 2024, foi homenageada como madrinha da Parada pela Diversidade Sexual do Ceará, reafirmando sua centralidade simbólica e afetiva para o movimento social de travestis e transexuais.

A partir das experiências de Viviane, proponho reconstruir um **processo de curadoria do centro de Fortaleza**, entendido aqui como um trabalho de recomposição das tessituras da memória travesti a partir de suas formas de sociabilidade e circulação urbana. O campo etnográfico se constitui, fundamentalmente, na convivência prolongada com Viviane, com quem passei a experienciar o centro da cidade ao longo dos anos, acompanhando seus deslocamentos, práticas cotidianas e inserções em diferentes espaços sociais.

Por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, foi possível delinear relações, percursos e dinâmicas que articulam as travestis ao movimento da cidade, revelando modos específicos de ocupação do espaço urbano, estratégias de sobrevivência, redes de apoio e

formas de pertencimento. A pesquisa de campo incluiu, ainda, a participação em eventos sociais e políticos da cidade, bem como conversas recorrentes sobre as experiências de viver no centro, as transformações do território urbano e as perspectivas relacionadas ao envelhecimento travesti.

A trajetória de Viviane se entrelaça com importantes momentos do ativismo e da sociabilidade travesti em Fortaleza. Ela morou com Thina, figura central dessa rede de relações, atuou como gerente em casas de bonecas, trabalhou nas ruas de São Paulo e vivenciou o período de visibilidade e glamour associado às travestis consideradas famosas na capital cearense. Esses atravessamentos biográficos não são tratados como relatos individuais isolados, mas como chaves analíticas que permitem compreender processos mais amplos de constituição de memórias coletivas, territorialidades e regimes de visibilidade das travestis no centro da cidade.

**Figura 4** – *Viviane de Oya e eu em seu aniversário de 50 anos, na Estação das Artes*



**Fonte:** acervo pessoal da pesquisadora

Bárbara Queiroz, apresentada na figura 5, carrega no corpo e na voz cinco décadas de existência travesti. Liderança do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras (FONATRANS) e Conselheira Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, ela faz do ativismo uma forma cotidiana de estar no mundo. Atualmente, Bárbara tece os fios da primeira Marcha TransnordeThina, gesto coletivo de reivindicação, homenagem e memória das vidas trans e travestis do Nordeste brasileiro, que ocupará a Praça do Ferreira no dia 15

de maio de 2026. Nossas conversas atravessam, sobretudo, os caminhos de sua militância, mas também revelam uma travesti que, há décadas, vivencia o centro de Fortaleza, fazendo da cidade um território vivido, disputando a região central como marca central da sociabilidade das travestis.

**figura 5** - Barbara Queiroz



**fonte:** imagem pública da internet

Fabíola Rios (**figura 6**) atualmente está nas vésperas de completar 65 anos, carrega a própria vida como testemunho. **Em um país que insiste em interromper existências travestis, chegar a essa idade é, em si, um gesto político. Fabíola sabe que é exceção e, não por acaso, faz de si estandarte.** Nunca duvidou de quem é: ser travesti, para ela, foi a melhor coisa da sua vida. Foi sendo mulher travesti que viveu seus melhores dias, que construiu afetos, desejos e caminhos, e é assim que pretende seguir, “envelhecendo, de bengala se preciso, mas sempre Fabíola”.

Sua história é feita de deslocamentos, descobertas e coragem. Ainda jovem, deixou a casa dos pais num tempo marcado pelo conservadorismo e pelo medo. Foi ao dividir uma noite num terreno baldio com outra travesti que Fabíola nasceu com força dentro de si; “gritou”, como ela lembra. Da primeira minissaia no Pelourinho às viagens longas de ônibus até o Rio de Janeiro para aplicar silicone no fim dos anos 1980; da travessia da ditadura militar à busca por liberdade nas boates, longe dos perigos das ruas; da partida para a Europa, “de mala e cuia”, até a vida construída entre países, Fabíola fez os trânsitos em um movimento de existir.

Nunca desejou a cirurgia de redesignação sexual, segundo afirma. Entendeu cedo que não é o bisturi que define quem se é. Para ela, mais fundamentais que os procedimentos são as palavras, aquelas inscritas nos documentos, mas também as ditas nos balcões, nos aeroportos, nos encontros cotidianos. Durante décadas, foi nelas que enfrentou o constrangimento, o medo e a necessidade constante de se explicar. O nome que não correspondia ao corpo produzia silêncios duros, feições que mudavam, tremores que ainda hoje ecoam na memória.

Fabiola Rios acessou a retificação de prenome e gênero aos 62 anos de idade, por meio de uma ação da Defensoria Pública do Estado do Ceará em 2023. Meus encontros com ela acontecem nesse mesmo período em que me encontro com Thina e Paula, nos circuitos cotidianos do centro de Fortaleza, especialmente nos bares da Avenida Duque de Caxias, como o Zequinha e o Disney Lanches. Fabiola é frequentadora assídua do centro da cidade, território que atravessa seu cotidiano como espaço de sociabilidade, memória e circulação. Entre conversas regadas a cerveja, histórias de vida e risadas compartilhadas, ela habita o centro não apenas como passagem, mas como lugar vivido, onde sua presença reinscreve a cidade a partir de uma existência travesti.

A fotografia registra um domingo de sol no Bar do Raimundo do Queijo, espaço tradicional da cidade de Fortaleza, onde o tempo costuma passar devagar entre cervejas, conversas e encontros. Naquela manhã, 11 de março de 2025, celebrava-se o aniversário de Labelle, irmã travesti, em uma comemoração que transformava o bar em território de afeto e partilha. Fabiola aparece acompanhada de um amigo, aproveitando a leveza do domingo, ocupando o espaço com tranquilidade e presença. Entre risos, abraços e copos compartilhados, o cotidiano se faz arquivo: um dia comum que, ao mesmo tempo, carrega a densidade das sociabilidades travestis no centro histórico da cidade.

**figura 6** - Fabiola Rios e eu no Raimundo do Queijo - Centro de Fortaleza



**fonte:** acervo pessoal da pesquisadora

Renata de Jesus Bispo é conhecida como Renata Sampaio (**figura 7**). Mais que ‘apenas’ nomeá-la, seu sobrenome carrega uma homenagem e linhagem: Sampaio vem de Janaína Dutra Sampaio, figura central do ativismo travesti no Ceará, reconhecida por ter exercido o papel de “mãe política”, gesto recorrente nas travestilidades, onde as mais velhas aconselham, protegem e acompanham os processos de transição das mais novas. Aos 49 anos, Renata é diretora e educadora do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), ativista travesti com longa experiência na mobilização. Ela é cabelereira e atende em sua casa no bairro Moura Brasil, onde mora desde criança e articula travestis e profissionais do sexo na região central da cidade.

Natural de Fortaleza, Renata é filha de mãe solo, trabalhadora doméstica, sem escolaridade formal e originária do Vale do Jaguaribe. A infância foi marcada pela precariedade: eram três em casa, até que a mãe precisou abrir mão da criação de um dos filhos por falta de condições financeiras. Vivendo na casa dos patrões, era quase impossível conciliar trabalho e cuidado com crianças pequenas. Renata passou seus primeiros cinco anos de vida acolhida por outra família, enquanto o irmão mais velho foi criado por terceiros, vínculo que só seria restabelecido na vida adulta.

Ainda muito jovem, a mãe adoeceu com câncer, condição que a afastou do trabalho. Diante da ausência de renda fixa, Renata precisou abandonar a escola e assumir a sobrevivência como tarefa cotidiana. Vendia bombons, limpava carros, fazia pequenos mandados pela comunidade. A rua tornou-se espaço de trabalho precoce e, ao mesmo tempo, de formação forçada. Aos 17 anos, perde a mãe e se vê sozinha no mundo. É no ativismo que encontra, mais tarde, possibilidades de afeto, pertencimento e comunidade.

Nascida e criada às margens dos trilhos do Moura Brasil, região central de Fortaleza, Renata atravessou uma infância difícil e uma adolescência marcada por desafios ainda mais intensos. Descobre sua travestilidade aos 13 anos, em um território atravessado pela violência urbana, pela extrema vulnerabilidade social e por um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano da cidade. A afirmação de si acontecia, desde cedo, em um campo de risco.

Em 1998 chega à sede do Grupo de Resistência Asa Branca por intermédio de amigos que já frequentavam o espaço. Inicialmente, buscava participar de um projeto social voltado à prevenção de ISTs e HIV/AIDS. À época, o GRAB funcionava no Centro Social Urbano da Parquelândia. Foi ali que Renata conheceu Janaína Dutra e entrou em contato direto com o ativismo travesti que se organizava para fundar a primeira associação do segmento no Ceará.

Em 2001, assume a função de primeira tesoureira da Associação de Travestis do Ceará (ATRAC), posteriormente integrando também sua diretoria. Nesse período, participa de diversas iniciativas comunitárias voltadas à qualificação profissional e às ações de prevenção ao HIV/AIDS junto à comunidade de travestis e profissionais do sexo. Entre 2001 e 2003, atuou como assessora no Projeto de Assessoria Jurídica do GRAB, então coordenado por Janaína Dutra. A partir dessa experiência, o GRAB implementa o Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, posteriormente assumido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Por meio dos projetos sociais, Renata acessa formações profissionais, entre elas um curso de cabeleireira realizado no SENAC em parceria com organizações sociais. A função, aprendida como estratégia de autonomia, permanece viva até hoje e é exercida na comunidade do Moura Brasil. Paralelamente, Renata atua como educadora social no GRAB, desenvolvendo projetos voltados à prevenção do HIV/AIDS e à promoção da cidadania junto à população LGBTQIA+.

Ao longo dos anos, participou de diversas formações em Direitos Humanos, atuou como voluntária em várias edições das Paradas pela Diversidade Sexual do Ceará e segue desenvolvendo ações comunitárias no Moura Brasil como articuladora local. Integra, ainda, os grupos de apoio e convivência de travestis e transexuais do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, mantendo vivo o legado que ajudou a construir.

Durante a pandemia da Covid-19, Renata esteve na linha de frente de iniciativas de enfrentamento à vulnerabilidade social. Participou do mapeamento de travestis e transexuais em situação de insegurança alimentar, organizou e distribuiu cestas básicas e atuou como líder de rua em sua comunidade. Em meio à crise sanitária, reafirmou uma prática já conhecida: cuidar das outras como quem cuida de si, transformando a própria trajetória em infraestrutura de sobrevivência coletiva.

**figura 7** - Renata Sampaio



**fonte:** fotografia do instagram de Renata Sampaio

**figura 8** - Dami Cruz



**fonte:** fotografia usada no mapa cultural do Ceará

Dami Cruz (**figura 8**) nasceu em Fortaleza, em 23 de janeiro de 1959, quando a Parangaba ainda era distrito e a cidade se estendia em áreas que conservavam ares de campo. Cresceu na Vila Peri, então zona rural, entre ruas de terra, distâncias longas, se temos o centro da cidade como referência, e sonhos que já buscavam forma. Foi nesse chão que começou a esculpir seu olhar sensível para o mundo e para a arte.

Artista visual, Dami atravessou diferentes linguagens ao longo da vida. Passou pelo curso de Artes Dramáticas da Universidade Federal do Ceará, mergulhando no teatro como espaço de experimentação e invenção. Nos anos 1980 fundou o grupo Metamorfose, com o qual criou espetáculos e dividiu cenas com artistas de sua geração, vivendo intensamente o pulsar criativo daquele período. No palco, Dami também encarnava ícones: interpretava Gal Costa, fazendo do corpo um território de homenagem, gesto e memória.

Em suas lembranças, surgem as casas noturnas, as boates que começavam a se expandir para além do centro da cidade, os concursos de Miss Gay, as noites vibrantes em que arte, performatividade e desejo se misturavam como formas de existência e resistência. Embora tenha interrompido a atuação teatral nos anos 1990, o fazer artístico jamais a deixou.

Hoje, com 67 anos, Dami Cruz é uma senhora que permanece no mesmo bairro em Fortaleza, preservando uma relação íntima com o território onde construiu sua história. Dedica-se ao desenho de figurinos e às artes visuais, criando silenciosamente novas imagens a partir de um repertório tecido por décadas de experiências, palcos, afetos e transformações. Sua arte segue como continuidade de uma vida atravessada pela criação, discreta, persistente e profundamente marcada pela memória da cidade.

Renata Cherry (**figura 9**), atualmente com 52 anos, é natural de Crateús, é cabeleireira e, atualmente, mora no José Walter, sendo vizinha de Viviane de Oya. Vinda do interior do Ceará, saiu de casa muito cedo, aos 14 anos, após ser expulsa em razão de conflitos familiares relacionados à sua identidade de gênero. Ainda adolescente, permaneceu na cidade trabalhando como doméstica, retornando eventualmente à casa da família de forma escondida para evitar o pai, que reagia com violência à sua expressão de gênero. Sua mãe vivenciou intensamente esse sofrimento. Nesse período, travestis que viviam em Fortaleza e retornavam a Crateús durante as férias passaram a frequentar a cidade. Renata pedia insistentemente que a levassem para a capital. Embora a prostituição fosse uma possibilidade, essas travestis demonstravam preocupação com sua pouca idade e buscavam alternativas consideradas mais seguras.

A primeira ida à Fortaleza ocorreu antes de completar 18 anos, em meio à urgência de sair de casa. No entanto, ao chegar, Renata se deparou com uma realidade muito diferente das promessas que havia recebido, iniciando um período de intenso sofrimento. Diante disso, retornou ao interior, mas decidiu voltar novamente a Fortaleza ao perceber que sua permanência em Crateús agravava ainda mais o sofrimento da mãe, que sofria retaliações do pai, que a culpabilizava pela travestilidade da filha. Após completar 18 anos e cumprir obrigações legais, Renata retornou definitivamente à capital. Uma terceira ida ao interior marcou o rompimento final com a família: mais feminina, já em processo de hormonização e início da transição, a rejeição paterna se intensificou, tornando inviável qualquer possibilidade de permanência.

De volta a Fortaleza, no início da década de 1990, Renata passou a trabalhar em uma casa localizada na Barra do Ceará, em um contexto marcado por violência, uso de drogas e outras atividades ilícitas. Nesse local, conheceu uma mulher chamada Joyce, cafetina, que a retirou dessa situação sob a justificativa de que Renata não deveria estar ali. Joyce a levou para sua casa, onde Renata passou a cuidar de seu filho pequeno. Embora não se prostituísse, Renata vivenciou uma situação que ela própria descreve como cárcere: trabalhava apenas em troca de comida, permanecia trancada com a criança, para evitar que a polícia percebesse a presença de um menor no imóvel, e tinha sua circulação completamente controlada. Seu único contato com o mundo exterior era através do telefone, que utilizava tanto para ligar para pessoas conhecidas quanto como forma de distração.

Após algum tempo, Renata conseguiu fugir desse local com a ajuda de um rapaz de sua cidade natal que trabalhava como cozinheiro na casa de um artista plástico no centro de Fortaleza. Lá, passou a trabalhar na copa e nos cuidados com as netas gêmeas do artista. Essa nova experiência, no entanto, manteve dinâmicas semelhantes de controle e confinamento. Renata não tinha autonomia para sair, não sabia sequer como chegar até amigas travestis e qualquer tentativa de reivindicar folga era neutralizada com passeios organizados pelos empregadores, que substituíam o descanso por deslocamentos supervisionados. Essa situação se estendeu por anos.

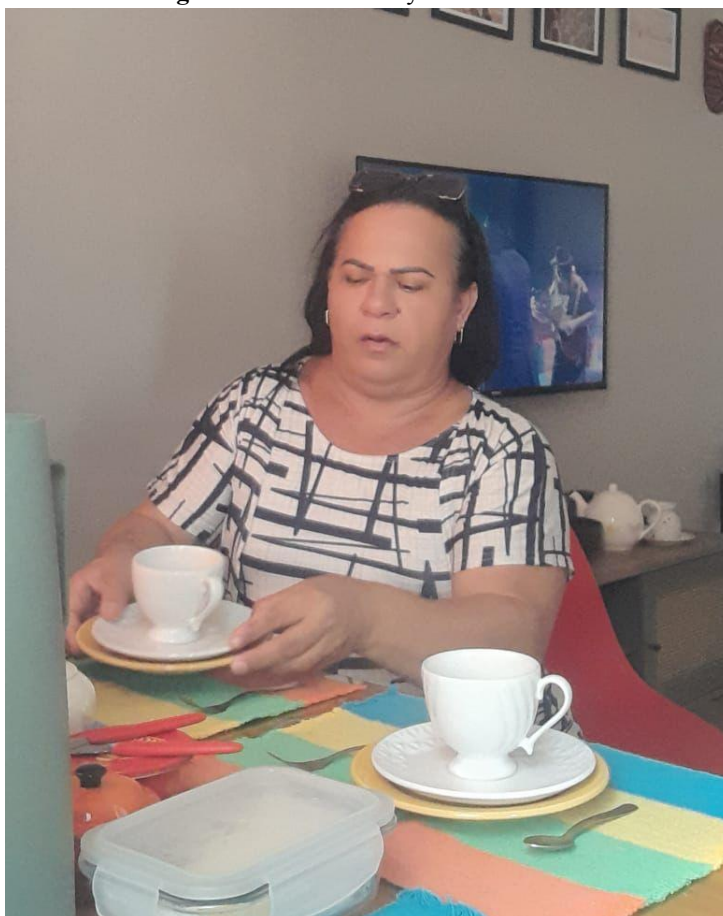
Com a morte do artista plástico, no ano 2000, a estrutura financeira da família se desfez. O cozinheiro retornou à sua cidade e Renata buscou se aproximar de travestis que conhecia por telefone na região dos Funcionários. A expectativa de liberdade, contudo, foi frustrada. Trabalhando inicialmente como auxiliar de cabeleireira, Renata percebeu que permanecia em uma posição subalterna, sem acesso às mesmas liberdades das demais trabalhadoras, sem incentivo ou possibilidade de estudar — promessa que nunca se concretizou desde seus primeiros trabalhos. Ao longo de toda a década de 1990, Renata trabalhou sem folgas, sem escolarização formal e sem acesso a outros espaços da cidade, mesmo havendo uma escola próxima aos locais onde residia e trabalhava.

Gradualmente, por meio da prática cotidiana, Renata foi adquirindo habilidades no campo da beleza, aprendendo a cortar cabelo e fazer escova, mesmo sem saber ler. Posteriormente, passou a trabalhar para uma família cisgênera, fora do circuito LGBTQIA+, experiência que, embora igualmente marcada por intenso controle laboral, lhe proporcionou acesso a viagens e deslocamentos entre cidades como Fortaleza e Recife, incluindo viagens de avião, experiências que ela jamais havia imaginado viver. Ainda assim, sua vida se restringia ao universo dos empregadores, sem autonomia, sociabilidade própria ou projetos individuais.

Após ser demitida, Renata se estabeleceu em uma comunidade próxima de amigas travestis e conseguiu abrir seu próprio salão de beleza. Esse momento marca uma tentativa mais concreta de autonomia, embora atravessada por conflitos, disputas territoriais e perseguições no campo profissional. Sua trajetória evidencia como trabalho, controle, não-escolarização e isolamento constituem elementos centrais em sua experiência de vida, revelando dimensões estruturais da exclusão social que marcam as travestilidades,

especialmente aquelas que envelhecem após décadas de precarização, violência e resistência cotidiana.

**figura 9:** Renata Cherry - café da tarde



**fonte:** acervo da pesquisadora

Essas travestis são mais do que interlocutoras: constituem marcos vivos de uma história coletiva tecida entre dores, alegrias, coragem e invenções cotidianas. Com elas, aprendi que existir também é um gesto político e que a cidade, apesar das violências que a atravessam, pode ser continuamente reinventada pelos corpos que insistem em habitá-la.

As demais travestis mais jovens que compõem o cenário desta pesquisa serão nomeadas e situadas ao longo do texto. Cabe ainda destacar que as relações que envolvem as travestilidades em Fortaleza se entrelaçam por meio de aproximações, vivências e redes, formando uma trama complexa de conexões na cidade.

Essas aproximações são múltiplas — atravessadas por geração, raça, classe, laços de parentesco e vínculos de amizade. Nesse contexto, observo que os processos de construção de nomes, desempenhados por Thina Rodrigues no início da minha transição, ecoam em outras

travestis que também estão constituindo suas redes de parentesco a partir de afinidades afetivas.

Um dos exercícios fundamentais na construção das travestilidades é o ato de nomear-se. Thina Rodrigues desempenhou papel importante na minha trajetória ao me dar o nome de Dediane, em um dos vários encontros que tive com ela pelo Centro de Fortaleza. **Foi ainda nos “inferninhos” daquela região que fui observando e aprendendo com as “mais experientes” sobre os trânsitos corporais, em um período em que as informações sobre terapia hormonal para pessoas trans e travestis eram ainda mais escassas. Assim, no convívio com as mais “experientes”, fui moldando então as minhas referências de fabricação do corpo e da minha travestilidade, tendo o centro da cidade como espaço privilegiado dessas interações.**

Uso o termo travestis "mais velhas" em alusão a um processo que se dá no candomblé, onde as pessoas iniciadas há mais tempo na religião, as “mais velhas”, ocupam um lugar de honra entre os demais membros da comunidade, em sinal de respeito pela sua sabedoria. De modo semelhante, as travestis que realizaram trânsitos corporais antes de mim também gozam desse lugar e, ao indicá-las dessa forma, não pretendo estabelecer qualquer relação direta com as suas idades cronológicas, mas com o tempo de transição, com o lugar que ocupa neste ciclo do ver, aprender, ser e educar. Tal lógica está presente na ideia de "trans ancestral", que vem sendo formulada pela travesti Leticia Nascimento (2022), para a qual pensar uma ancestralidade travesti potencializa a construção de referências sobre e para as travestilidades a partir do reconhecimento de existências como a de Chica Manicongo, Jovanna Cardoso, Kátia Tapeti, Thina Rodrigues e Keila Simpson.

Enquanto concluía os créditos obrigatórios do doutorado, em junho de 2024, por ocasião das reuniões de construção da XXIII Parada pela Diversidade Sexual do Ceará, avancei na fase inicial da pesquisa de campo e apresentei a intenção dos estudos para possíveis interlocutoras mobilizadas, notadamente, travestis mais velhas de Fortaleza. Conversei com Paula Costa, travesti de 65 anos e atualmente presidente da Associação de Travestis e Transexuais do Ceará - ATRAC; com Dami Cruz, travesti de 65 anos, figurinista que tem um ateliê no Centro de Fortaleza; com Lena Oxa, travesti de 55 anos, artista da noite LGBTQIA+ e baiana de acarajé; com Bárbara Queiroz, travesti de 49 anos, ativista do Fórum Nacional de Travestis e transexuais Negras - FONATRANS; Viviane de Oya, travestis negra e de axé com 49 anos; Renata Chery, cabelereira de 50 anos; e com Fabíola Rios, travesti de 63 anos, profissional do sexo e artista da noite no Centro de Fortaleza. Dessa aproximação

inicial, restou notória a rejeição das possíveis interlocutoras à categoria "velhas", posto que não se reconheciam como tal, mas se identificavam como pessoas "experientes". Reside aí a inserção da categoria "travestis experientes" que dá título à pesquisa de tese.

A partilha do tempo com as mais "experientes" durante a fase inicial da pesquisa oportunizou também, muitas vezes, o acesso a histórias de vida que indicavam o Centro da cidade como locus histórico e efervescente de vivências, aduzindo as programações culturais, os patrimônios materiais, as praças, as estações, os cinemas pornô, os pontos de trabalho sexual, as casas das cafetinas e outros espaços de convivência daquela região como lugares especiais de experimentação de sociabilidades, de construção de redes e memórias para estas travestis.

De maneira complementar, as assembleias do movimento social organizado, as reuniões de construções das Paradas pela Diversidade Sexual, os eventos sociais da cidade, o pré e o carnaval de Fortaleza, os aniversários das irmãs, os movimentos de rua e outros eventos institucionais da cidade foram espaços importante para o desenvolvimento da pesquisa.

Esta pesquisa propõe, portanto, uma etnografia que envolve pensar as travestilidades, o envelhecimento e a cidade, buscando identificar como travestis com mais de 50 anos de idade e que frequentam o Centro de Fortaleza elaboram o próprio processo de envelhecimento e como se relacionam com a cidade, partindo da hipótese de que as suas memórias particulares de vida podem se articular de algum modo com a memória de suas relações com os patrimônios culturais e materiais dessa região.

A escolha por esse perfil ocorre por compreender que as travestis experientes vivenciam não só as mudanças corporais há mais tempo, como participaram de transformações sociais importantes nas últimas décadas, construindo novos modos de tecer redes e de viver a cidade ao passo em que veem experimentando o seu processo de envelhecimento. Nesse sentido, pensar a construção de relações de pertencimentos aos territórios urbanos por travestis no cenário brasileiro requer considerar a emergência de sociabilidades travestis no exercício do trabalho sexual, nas lutas por Direitos, nas respostas à epidemia de HIV, à ditadura Civil Militar e nas reivindicações políticas públicas de cidadania.

Importante demarcar aqui que as construções que envolvem o envelhecimento no campo da antropologia estão diretamente ligadas aos contextos culturais, assim como a infância o envelhecimento é uma invenção das sociedades ocidentais, ao longo da história. Na pesquisa irei trabalhar junto às minhas interlocutoras como o debate do envelhecimento é acionado por elas e como estão construindo estratégias de envelhecer em contexto urbano.

Entre os objetivos específicos, buscar-se-á responder: de que forma os marcadores sociais da diferença impactam a experiência de envelhecimento destas sujeitas? Que categorias são acionadas por elas para pensar o seu próprio envelhecimento? Quais são os seus fluxos, itinerários e espaços de sociabilidade na região central do município?

A etnografia apresenta-se como o método mais adequado para responder às questões propostas, sendo mobilizada a partir da perspectiva de Geertz (1973) e aplicada ao campo de estudos das travestilidades e do envelhecimento. Nesse sentido, a observação participante e a realização de entrevistas semiestruturadas constituem as principais ferramentas de pesquisa, por possibilitarem a apreensão das experiências vividas e das dimensões simbólicas presentes nos contextos investigados.

No que concerne ao referencial teórico, recorro prioritariamente às produções de teóricas e ativistas travestis que me antecederam, especialmente aquelas situadas no campo transfeminista. Essa escolha orienta tanto a revisão das definições e sentidos da travestilidade quanto a valorização das narrativas sobre história, modos de vida e formas de sociabilidade entre sujeitos que vivenciam múltiplas maneiras de sentir, incorporar e performar gênero, bem como suas identidades étnico-raciais.

Assim, a articulação entre etnografia, observação participante e entrevistas semiestruturadas permite compreender de forma mais aprofundada as subjetividades, alteridades e agências das “travestis experientes”, sobretudo no que diz respeito às estratégias que elaboram para construir seus processos de envelhecimento em contexto urbano.

Considerando que se trata de uma pesquisa sobre população a qual pertenço, localizada em territórios de sociabilidade que vivencio com regularidade e permeada de questões que me atravessam, proponho uma escrita em primeira pessoa, construída a partir de um olhar transfeminista e interseccional.

O diferencial desta tese reside precisamente no lugar desde onde ela é produzida. Ao tomar como ponto de partida o questionamento formulado por Pietra Azevedo (2020) sobre “o que implica ser uma travesti pesquisadora no reconhecimento da dimensão intersubjetiva e das relações de poder?”, assumo que minha presença em campo não é apenas metodológica, mas constitutiva do próprio conhecimento produzido. Pesquisar e escrever **sobre/com travestis**, a partir de uma experiência compartilhada de travestilidade, implica reconhecer que a etnografia se constrói em um terreno de intersubjetividades marcadas tanto por aproximações quanto por assimetrias. Minha travestilidade não me coloca automaticamente em um lugar de equivalência com as interlocutoras, mas produz um campo relacional singular, no qual confiança, reconhecimento e implicação mútua se constroem de maneira

situada. Ao mesmo tempo, essa posição também explicita outras relações de poder que atravessam o fazer etnográfico, seja pelas diferenças de geração, circulação territorial, acessos institucionais ou distintas trajetórias políticas e afetivas.

Minha contribuição para o campo da intersubjetividade reside justamente em tornar visível como o conhecimento antropológico emerge das trocas estabelecidas entre travestis e não apesar delas. No contexto estudado, a pesquisa se apresenta menos como um processo de extração de dados e mais como um espaço de circulação de memórias, afetos, estratégias de sobrevivência e elaboração coletiva de sentidos sobre viver e resistir como travesti. **Para a antropologia, essa tese afirma a travestilidade não apenas como tema, mas como posição epistêmica, capaz de tensionar cânones disciplinares e ampliar os modos legítimos de produzir teoria.**

Ao longo do trabalho de campo, levo comigo as marcas dessas relações: narrativas que me transformaram, deslocamentos em minhas próprias categorias analíticas e a responsabilidade ética de escrever a partir de vínculos concretos. Com elas, deixei tempo, escuta, colaboração, presença e, sobretudo, o reconhecimento de que suas existências não são meramente fontes empíricas, mas produções intelectuais e políticas em si mesmas. As trocas possíveis se deram no entrelaçamento de semelhanças e diferenças em nossas travestilidades, ora como espelhos de experiências compartilhadas, ora como pontos de tensão que exigiram negociação, cuidado e reflexividade constante.

Assim, a tese se constitui como um exercício etnográfico comprometido com a dimensão intersubjetiva do campo, no qual pesquisar como travesti não é um dado identitário acessório, mas um gesto político e epistemológico que redefine o que se pesquisa, como se pesquisa e para quem se escreve.

Nessa direção, apresento aqui os caminhos percorridos ao longo da pesquisa, a qual se dividiu em três etapas. A primeira consistiu no seguimento do trabalho de campo durante todo o processo investigativo, em um movimento contínuo de idas e vindas, com o objetivo de mapear as organizações, os espaços, os estabelecimentos e os eventos frequentados por travestis no Centro de Fortaleza (CE); também foram acompanhadas as atividades das organizações que atuavam junto às travestis nesse território, utilizando-se a técnica de observação participante nos eventos e nas programações culturais da cidade ali realizadas. De modo concomitante ao mapeamento, buscou-se identificar, nesses momentos, possíveis interlocutoras da pesquisa, visando à constituição de um grupo de travestis com cinquenta anos ou mais, frequentadoras do Centro de Fortaleza, que aceitassem participar de forma livre e consentida do processo de pesquisa etnográfica.

A segunda etapa consistiu no acompanhamento cotidiano desse grupo de interlocutoras, com visitas aos seus espaços de sociabilidade no Centro de Fortaleza, bem como na realização de entrevistas semiestruturadas com cada informante. Nessa fase, buscou-se acessar as memórias das travestis relacionadas àqueles territórios e espaços, os seus processos de construção de redes afetivas e políticas.

Por fim, a terceira etapa referiu-se à pesquisa documental, à revisão e à análise teórica do material coletado em campo, identificando-se e debatendo-se as categorias articuladas a partir da observação participante e das memórias apresentadas pelas interlocutoras. Nessa etapa, buscaram-se conexões de sentido, significados e implicações antropológicas presentes em suas narrativas sobre o envelhecimento e a relação com a cidade.

## REFERÊNCIAS:

**AZEVEDO, Pietra.** “As travas de jardim são unidas”: etnografia da performance identitária das travestis em contextos rurais e interioranos do sertão potiguar. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/UFRN, Natal, 2020.

**COLLINS, Patricia Hill.** *Interseccionalidade*. Trad. Rane Souza. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

**DEBERT, Guita Grin.** *A reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*. 1. ed., 3 reimpressão. São Paulo: Edusp, 2020.

**ELIAS, Norbert.** “Processos de formação de Estados e construção de nações”. In: *Escritos & Ensaio*s, 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

**GEERTZ, Clifford.** *A interpretação das culturas*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

**LIMA, Sol Alves de.** *Sal grosso e terra preta: políticas de memória e inclusão das travestis no Museu da Imagem e do Som do Ceará*. 2025. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFRN, Natal, 2025.

**MAGNANI, José Guilherme Cantor.** *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 17(49), 2002.

**MAGNANI, José Guilherme Cantor.** *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

**NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do.** *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

**PERES, William.** *Travestis Brasileiras: dos estigmas à cidadania*. Curitiba. 1ª ed. Juruá, 2015.

**Perlongher, Néstor.**

*O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo.* São Paulo: Brasiliense, 1987.